

Pedro Luís Machado Sanches¹;

Daniele Borges Bezerra²;

Danilo Vicensotto Bernardo³;

Isadora de Leon Torres⁴

EDITORIAL

¹ Docente do Departamento de Museologia, Conservação e Restauração e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGAnt da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Membro da Comissão Editorial Executiva da Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia, pedro.sanches@ufpel.edu.br, <https://orcid.org/0000-0003-4060-5111>.

² Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGAnt da Universidade Federal de Pelotas – UFPel e Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – PPGMP – UFPel. Membro da Comissão Editorial Executiva da Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia, borgesfotografia@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-6278-3838>.

³ Professor Associado do curso de Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGAnt da Universidade Federal de Pelotas. Membro da Comissão Editorial da Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia, danilobernardo@furg.br, <https://orcid.org/0000-0002-0429-9623>.

⁴ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGAnt - UFPel. Membro da Comissão Editorial Executiva da Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia, socioloisa@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0007-7824-7643>.

A *Tessituras*, Revista de Antropologia e Arqueologia, é uma revista de acesso aberto, com periodicidade semestral, cujo primeiro número foi lançado no segundo semestre de 2013. A Revista é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt-UFPel), e sua principal finalidade é possibilitar o diálogo entre as produções em Antropologia, Arqueologia e áreas afins da região sul do Brasil, bem como produções de nível nacional e internacional nas mesmas áreas. Nestes doze anos de existência, a revista se consolidou enquanto importante referência, e foi reconhecida como A2 pelo Qualis Periódicos (2017-2020) em Antropologia e Arqueologia.

Após uma reestruturação interna, ocorrida em 2025, a *Tessituras* está quase atualizada. Mas é importante destacar que nós, que assumimos a edição nos últimos tempos, enfrentamos diversas dificuldades com as quais não contávamos. Nesse sentido, os atrasos acumulados ao longo do ano não refletem apenas efeitos de maior duração dos alagamentos de abril e maio de 2024,⁵ que afetaram profundamente o Rio Grande do Sul, impactando todas as atividades cotidianas em quase todo o estado, tampouco resultam apenas da licença capacitação do colega técnico administrativo que, até o ano passado, assumia as tarefas de diagramação e formatação da Revista. Há qualquer coisa de sistêmico nos problemas que enfrentamos, e talvez valha a pena dedicar esse editorial a apontar o que torna tão **penosa e arriscada** a publicação de uma revista acadêmica numa instituição pública de ensino superior brasileira.

Começamos, então, pela dimensão do risco. Como bem apontou John Dawsey (2005, p.163), “experiência e perigo vêm da mesma raiz”: “*per*”, que, associado à derivação grega περάω (*peráō*), significa “passar por”, “cruzar”, “ir de um lado ao outro”. Ou seja, toda a experiência pressupõe um risco intrínseco e configura-se como um processo de passagem ou transição, no qual a pessoa se expõe a desafios e a incertezas que promovem a transformação, a superação de limites e, por isso, a ampliação do conhecimento e do repertório. Poderíamos afirmar, portanto, que nós, enquanto editoras e editores da Revista, como assumimos essa tarefa há poucos meses, estamos ainda em pleno rito de passagem.

Penosa, pois, é a tarefa de manter uma revista ativa quando faltam recursos humanos, infra-estruturais e financeiros, tornando o trabalho editorial, por vezes, aparentemente impossível. A manutenção de um periódico científico nesse contexto depende de uma combinação frágil entre dedicação voluntária, expertise acumulada, tempo escasso e uma rede de colaboração que, embora fundamental, também se vê atravessada pelas mesmas precariedades.

⁵ Talvez seja importante justificar, para os leitores e as leitoras, o uso do termo “alagamentos” em vez de “enchente”, buscando justamente um termo comum dentro dos debates atuais sobre o tema. De acordo com a geógrafa Mônica Wiggers (2025), vinculada ao Sistema Estadual de Museus (SEM-RS), alagamentos são eventos que ocorrem a partir do acúmulo de água em vias públicas e locais rebaixados em áreas urbanizadas, enquanto inundações ocorrem quando o volume de água excede o leito maior dos rios, ou quando há ruptura de barragens. Portanto, tratam-se de fenômenos de maior magnitude em relação à enchentes e enxurradas.

Por outro lado, há um caráter de “aventura” que o desconhecido nos apresenta, o que pode ser valioso do ponto de vista institucional e epistemológico. É nesse intervalo, entre o risco e as possibilidades de criação, que se abrem brechas para experimentar novas práticas, reconfigurar processos e reinventar o próprio fazer editorial. Em última instância, esse movimento configura um período liminar, no qual a exposição às incertezas e aos riscos funciona como motor de reconfiguração institucional e epistemológica do fazer editorial.

As dificuldades que enfrentamos não são exclusividade da *Tessituras*, tampouco são peculiares apenas aos periódicos da Universidade Federal de Pelotas, ou aos periódicos científicos sediados no Rio Grande do Sul. Num rápido levantamento das 206 revistas⁶ da área de Antropologia e Arqueologia que obtiveram o mesmo conceito A2 que a *Tessituras* na última avaliação realizada pela CAPES⁷, é possível estimar que cerca de 54% das 111 publicações editadas no Brasil, e em língua portuguesa, apresentou algum tipo de atraso no lançamento de volumes ao longo do biênio 2024-2025, inclusive volumes cancelados ou “em aberto”. Para efeito de comparação, é preciso reconhecer que este percentual tende a zero nos 95 periódicos estrangeiros ou em língua estrangeira que receberam a mesma nota no mesmo ciclo de avaliação da CAPES.

Em se tratando de revistas científicas que atingiram os ditos “estratos superiores”, a grande quantidade de publicações brasileiras em atraso não é apenas alarmante, ganha contornos dramáticos e evidencia menos uma crise aguda, mais o agravamento lento e contínuo de problemas estruturais condicionados por uma miríade de circunstâncias compartilhadas por periódicos de todo o país, dentre as quais não seria incoerente apontar:

a) **A carência de pessoal próprio e especializado;**

Via de regra, as pessoas que se responsabilizam pela trabalhosa edição de um periódico como a *Tessituras* são docentes, quando muito com o apoio de pós-doutorandas(os), por vezes também doutorandas(os) do Programa de Pós-Graduação ao qual a revista está vinculada também integram a comissão editorial executiva. Sem efetiva capacitação para exercer a função, e sem horário de trabalho reservado a tal atribuição, é comum tanto a sobrecarga quanto o imprevisto. Quem “aprende fazendo” está mais vulnerável a erros e pode levar muito mais tempo para realizar tarefas simples.

⁶ Considerada aqui a totalidade de periódicos classificados como “A2” pelo sistema *Webqualis* no quadriênio 2017-2020, o último divulgado antes da mudança no sistema de avaliação. Para preservar a fidelidade do levantamento, foram agrupados periódicos que figuravam na lista com duas entradas, seja por disporem de versão impressa e digital, seja por qualquer outro motivo.

⁷ Vide notícia oficial acerca da mudança no sistema de avaliação em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-adotara-classificacao-de-artigos-na-avaliacao-quadrinial>

- b) **Disponibilidade irregular de recursos orçamentários;**
Vinculada a programas de pós-graduação, grande parte das revistas da área de Antropologia e Arqueologia não tem orçamento próprio. Por isso, os custos ordinários são minimizados ao extremo, e ainda assim pressionam a verba do PROAP, o Programa de Apoio à Pós-Graduação da CAPES, reduzindo o investimento em trabalho de campo, participação em eventos e manutenção de equipamentos, dentre outras despesas corriqueiras. A falta de uma linha própria e regular de financiamento impacta diretamente o tempo necessário para transformar submissões em volumes publicados. O fluxo das avaliações em duplo-cego, maior gargalo de todo o processo, não pode ser remunerada de forma nenhuma, e trabalhos técnicos de revisão, formatação e diagramação acabam sendo assumidos por pessoal técnico-administrativo que tem muitas outras responsabilidades, ou por bolsistas cujo plano de trabalho prioriza outras atividades.
- c) **Infraestrutura insuficiente ou inadequada.**
Periódicos estrangeiros avaliados com o mesmo conceito que a *Tessituras* muita vez têm endereço próprio, e estão vinculados a uma editora que dispõe não só de todo o equipamento necessário aos serviços de edição impressa e digital, como também da experiência acumulada que tanto faz falta a quem assume uma revista brasileira. Em instituições públicas de ensino superior brasileiras, a disputa por espaço físico costuma ser intensa, o que acaba por inviabilizar a destinação de sala própria a periódicos científicos. Materialmente, uma revista como a *Tessituras* se resume ao espaço microscópico que seus dados ocupam no servidor computacional da Universidade Federal de Pelotas.

Diante de tais circunstâncias, iniciativas como a chamada anual para “apoio à publicação de periódicos científicos brasileiros”, lançada em conjunto pela CAPES e o CNPq, são muito bem vindas, mas não são suficiente para garantir a perpetuação de nossas revistas com a substituição das precariedades atuais por uma atuação mais profissionalizada, regular, confiável e legítima.

Um dos nós mais sensíveis das dificuldades estruturais aqui apontadas reside na crise contemporânea da avaliação por pares, caracterizada particularmente pela crescente escassez de pareceristas com qualificação, disponibilidade e comprometimento com os prazos da avaliação *ad hoc*. A intensificação do produtivismo acadêmico, e a ampliação contínua das demandas de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária, aliadas à ausência de reconhecimento institucional efetivo para o trabalho de parecer e revisão - que raramente se converte em “capital simbólico”, progressão funcional ou pontuação relevante nos múltiplos sistemas de avaliação - têm produzido um cenário de sobrecarga

crônica às pessoas envolvidas nos diferentes estágios do fluxo editorial. Nesse contexto, ainda que a avaliação por pares permaneça como pilar incontornável da legitimidade científica, o trabalho se realiza sob condições de invisibilidade, precarização e exaustão coletiva, afetando diretamente a fluidez dos fluxos editoriais e a sustentabilidade dos periódicos.

Os efeitos de tais condições incidem de forma particularmente aguda sobre a periodicidade das revistas de Humanidades, como a *Tessituras*, tradicionalmente mais dependentes de avaliações qualitativas, extensas e especializadas. A dificuldade recorrente em assegurar pareceres em tempo hábil gera atrasos cumulativos, tensiona o compromisso com prazos editoriais e expõe permanentemente as equipes a dilemas éticos e desafios institucionais, além da temida falha na manutenção de periodicidade, exigindo negociações delicadas entre o rigor acadêmico, a viabilidade operacional e os compromissos com as políticas de ciência aberta e avaliação responsável. Logo, a manutenção de um periódico científico em uma universidade pública brasileira constitui um exercício político. Tornar visíveis fragilidades típicas do processo não significa naturalizá-las, mas reconhecê-las como problemas compartilhados, comuns no campo científico, que demandam novos arranjos de corresponsabilização, reconhecimento e valorização dos trabalhos editorial e avaliativo como parte constitutiva - e não residual, ou marginal - da vida acadêmica.

Aproveitamos a oportunidade deste Editorial para registrar e reforçar a importância da participação de egressas(os), discentes e docentes do PPGAnt e de outros Programas de Pós-Graduação, na requalificação da *Tessituras*, Revista de Antropologia e Arqueologia. O exercício da escrita e da avaliação de produções textuais fortalece nosso processo de desenvolvimento pessoal e intelectual, além de ampliar o compartilhamento do arcabouço teórico e metodológico. Fica aberto, assim, o convite à potencialização desta revista, que fortalece e integra a produção de conhecimento antropológico e arqueológico, reafirmando o compromisso coletivo com a continuidade e a qualificação do fazer científico.

A travessia exige tempo, cuidado e disposição para sustentar, reconfigurar e reagregar, superando a instabilidade e a precariedade próprias dos processos liminares. Apostamos que é justamente nesse espaço liminar, “entre” dificuldades estruturais e compromissos ético-políticos, bem como entre precariedades operacionais e laborais e a vitalidade da produção antropológica e arqueológica, que a *Tessituras* se reconfigura, fortalece seus vínculos institucionais e reafirma seu papel público. Ao insistir na continuidade da revista como lugar de passagem, encontro e crítica, reafirmamos que fazer circular o conhecimento científico é tarefa coletiva, politicamente situada e socialmente necessária, cuja sustentação demanda colaboração, reconhecimento e compromisso duradouro.

Que a *Tessituras* siga, após este período de passagem, como espaço dialógico de encontro e transformação, em que a experiência

compartilhada, atravessada pelo risco e pela criação, se traduza em tessituras críticas do mais amplo interesse social.

REFERÊNCIAS

DAWSEY, John. Victor Turner e a antropologia da experiência. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 13, pág. 163-176, 2005.

WIGGERS, Monica Marlise; CARVALHO, Michele Moraes; FLORES, Caroline Hipólito (orgs.). **Desastres naturais no Rio Grande do Sul e museus**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2025.